

MOÇÃO SETORIAL

AFUERA

MENOS ESTADO, MAIS LIBERDADE

“É pois evidente que quanto mais o Estado intervém na vida espontânea da sociedade, mais risco há, se não positivamente mais certeza, de a estar prejudicando.”

– Fernando Pessoa

AFUERA

MENOS ESTADO, MAIS LIBERDADE

Num país onde o peso do Estado tem sufocado a sociedade e descapitalizado a economia, privando as pessoas de oportunidades e de serviços públicos de qualidade, torna-se imperativo a resistência e o combate à multiplicação de estruturas estatais, à produção de burocracia, e à ocupação partidária do aparelho administrativo.

É urgente termos a coragem de redimensionar o Estado, para que o mesmo sirva melhor os portugueses, com menor apropriação e desperdício dos seus recursos.

Este combate sempre foi liberal, e não podemos permitir que outros partidos se apropriem e adulterem esta causa.

Inspirados no movimento cultural de redução do Estado, burocracias e impostos, que vai crescendo no continente americano, protagonizado pelo presidente argentino Javier Milei,

Defendemos que **a Iniciativa Liberal deve posicionar-se como o principal agente da transformação do Estado em Portugal**, pela sua redução criteriosa, rejeitando os excessos de um aparelho político-administrativo despesista que não faz nem deixa fazer, promovendo um futuro onde o foco do Estado é a prestação eficiente de serviços essenciais.

Continuando o bom trabalho já desenvolvido pelo partido, esta Moção de Estratégia Sectorial exorta a Iniciativa Liberal a preparar-se para liderar decisivamente esta agenda, e implementar estas medidas, seja na oposição seja num eventual novo governo resultante de eleições antecipadas. Assim, no próximo mandato deve ser elaborado um plano reformista que contenha:

- **Leis e regulamentos a revogar**
- **Entidades e organismos a extinguir**
- **Cargos diretivos e políticos a eliminar**
- **Reforma e redução da Administração Pública**

A Iniciativa Liberal deve liderar corajosamente a diminuição do Estado em Portugal.

PROBLEMA

Em Portugal, o Estado falha no essencial, porque o Estado está metido em tudo. O Estado português cresceu acima das possibilidades presentes e futuras dos portugueses.

O Estado português é demasiado grande, centralizado, burocrático e dispendioso. Portugal permanece mal classificado em indicadores como burocracia e competitividade. Consequentemente, o país tem sido ultrapassado por outras economias europeias, limitando a prosperidade e o progresso social.

E enquanto a produção legislativa e a consequente burocracia cresce, o número de burocratas e funcionários necessários para a mesma também não pára de aumentar. Portugal conta com mais de 26 mil cargos diretivos e políticos, um aumento de 40% em 10 anos.

Além disso, em Outubro de 2015, Portugal tinha 650 mil funcionários públicos. Hoje Portugal tem quase 750 mil funcionários públicos. Um aumento de 100 mil sem que com isso se veja uma melhoria na qualidade da maioria dos serviços públicos.

Ao longo das últimas décadas, assistimos a um crescimento descontrolado da estrutura estatal. A administração pública encontra-se fragmentada, opaca e ineficiente, perpetuando clientelas políticas e desperdício de recursos.

A somar a isso, o excesso de leis em Portugal continua a aumentar, sendo um entrave à liberdade e ao progresso. Importa lembrar que não é o Estado que concede direitos aos cidadãos, mas sim os cidadãos que estabelecem os poderes e limites ao Estado.

A falta de transparência e a burocracia excessiva geram corrupção e desconfiança nas instituições. Além disso, o Estado falha em cumprir as suas responsabilidades básicas, deixando os cidadãos sem serviços públicos de qualidade, enquanto consome cada vez mais recursos em funções acessórias e pouco produtivas.

O peso excessivo do Estado representa um entrave ao crescimento económico, à mobilidade social e à liberdade individual. O colectivismo dominante coloca o Estado acima dos cidadãos, restringindo as suas escolhas e limitando o seu potencial.

ABORDAGEM

Foi com satisfação que observámos que o grupo parlamentar da Iniciativa Liberal apresentou, pela primeira vez, no Orçamento do Estado para 2025, um pacote de medidas de redução da despesa pública. Ainda mais gratificante foi ver duas dessas propostas aprovadas.

A primeira, a de Auditoria e Redução da Administração Consultiva do Estado, a qual duplicou nos últimos 30 anos com a proliferação de comissões, conselhos, observatórios, institutos, fundações e equipas de missão, entre outras estruturas. A segunda, o 'Programa Poupar Premiar' (PPP), que visa premiar as equipas do Estado que implementem medidas que gerem poupanças para as contas públicas.

Adicionalmente, congratulamo-nos pelo facto de o grupo parlamentar ter apresentado novamente uma listagem de empresas públicas a privatizar ou serviços a concessionar.

O próximo passo é o partido assegurar que estas medidas são efetivamente executadas.

Aproveitando esse trabalho feito, estudando o caso de outros países com baixa despesa pública com a Suíça, ou elevada simplificação como a Estónia, mas também seguindo os resultados de medidas que estão a ser testadas em países como a Argentina, **a Iniciativa Liberal deve liderar o caminho para um Estado mais conciso, eficiente e transparente.**

AGENDA

Propomos a seguinte agenda:

- 1. Desburocratização:** Identificação de leis a revogar de modo a desobstruir o sistema jurídico e administrativo do país. O excesso de legislação, frequentemente redundante ou desatualizada, cria um verdadeiro 'spam legislativo' que não só aumenta a burocracia, mas também desincentiva o crescimento económico.
- 2. Plano de Redução da Administração Pública:** Eliminação de estruturas não prioritárias e redundantes, quer do poder central quer do poder local, quer administrativas quer políticas, e desenho de novos modelos de avaliação ligados à remuneração.
- 3. Descentralização:** Promoção de autonomia local, com unidades geridas de forma independente, sem criação de mais intermediários, recebendo recursos em parte com base em indicadores de desempenho.
- 4. Privatização:** Venda de participações públicas e de empresas públicas e remoção de barreiras à entrada de concorrentes privados em setores dominados pelo Estado, libertando recursos para áreas prioritárias como saúde, educação, segurança e justiça.
- 5. Transparência:** Implementação de open government e open data, promovendo uma cultura de dados, levando a maior eficiência, maior escrutínio e responsabilização dos decisores públicos.

Um Estado mais pequeno e mais eficiente é essencial para um Portugal com mais liberdade e mais prosperidade. A mudança é possível. A mudança será liberal.

António Costa Amaral - 220
Bernardo Blanco - 115

Assinado por: ANTÓNIO DE OLIVEIRA COSTA
BRITO DO AMARAL
Num. de Identificação: 11084319
Data: 2025.01.10 18:41:39+00'00'



Afuera - Menos Estado, Mais Liberdade

Ordem	Número	Nome
1	220	António Costa Amaral
2	115	Bernardo Blanco
3	1680	André Francisco
4	6801	Mariana Salvaterra
5	743	Paulo Gonçalves Silva
6	1797	Afonso Neves
7	5564	Manuel Matos dos Santos
8	1808	Pedro Roque
9	6722	Celso Monteiro
10	560	Rafael Gomes Ferreira
11	378	Luis Areias
12	6763	Emanuel Rodrigues
13	1118	Miguel Martins
14	2901	Beatriz Vieira
15	2309	Ricardo Campelo Magalhães
16	1100	Álvaro Gil
17	434	Ricardo Gouveia
18	276	Gonçalo Pinto
19	4843	Nuno Sá
20	1273	Jorge das Neves Freitas
21	6104	Ricardo Roriz
22	6173	Barbara Carqueja
23	7153	Ana Carvalho
24	3679	Gonçalo Vedor
25	4788	Duarte Oliveira
26	4122	Pedro Moreira
27	3394	Catarina Almeida Pinto
28	3087	Mariana Folque
29	565	André Fernandes
30	7776	Inês Afonso
31	1185	Tiago Silva
32	6604	Miguel Mendes da Rocha
33	5075	Filipe Jesus
34	946	Rui Silva
35	6603	Sónia da Silva e Santos
36	7353	Sheilla Saldanha
37	5312	Generosa Brito